

Prefeitura Municipal de Inajá - 2023

RUA CICERO TORRES, 118 - Centro
Inajá/PE - CEP: 56560-000
CNPJ Nº: 10.106.219/0001-23 Telefone: (87) 38401156

Demonstrativo da Dívida Flutuante

Anexo 17, Lei nº4.320/64
2023 - FMS

TOTAL	2.682.306,07	2.241.751,40	2.330.414,88	325.186,02	0,00	0,00	2.268.456,57
-------	--------------	--------------	--------------	------------	------	------	--------------



Nota Explicativa

Demonstrativo da Dívida Flutuante



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA DAS DORES SOARES DINIZ, MARCELO MACHADO FREIRE
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: ac996a97-54d5-45fc-9e4b-b26b0657d7f8

a) Informações gerais

a.1. Nome da entidade

Fundo Municipal de Saúde de Inajá

CNPJ: 11.266.869/0001-07

a.2. Domicílio da entidade

RUA CICERO TORRES, 118

Centro, Inajá – PE

CEP: 56560-000

a.3. Dados do gestor

Ana Maria Ferreira Lima Freire

Cargo: Secretária de Saúde

a.4. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas

Maria das Dores Soares Diniz

CRC 11431 – PE

a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade

O Fundo Municipal de Saúde Inajá concebido quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 133-3 "Fundo Público da Administração Direta Municipal" possui como atividade principal "Administração Pública em Geral". Durante o exercício de 2023 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 1357 de 06 de dezembro de 2022 (LOA 2023). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

b) Resumo das políticas contábeis significativas

b.1. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021, Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

b.2. Bases de mensuração utilizadas

De acordo com o MCASP, p. 156, 7ª edição, o objetivo da mensuração é selecionar bases que reflitam de modo mais adequado o custo dos serviços, a capacidade operacional e a capacidade financeira da entidade de forma que seja útil para a prestação de contas e responsabilização e tomada de decisão. No caso das entidades deste município, as bases de mensuração utilizadas nos elementos patrimoniais estão de acordo com o exposto na Parte II do MCASP, 7ª edição.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças que levem a alguma alteração significativa neste demonstrativo.

b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis

Não houve mudanças que levem a alguma alteração significativa neste demonstrativo.

b.5. Aspectos relevantes sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Nos demonstrativos consolidados da administração direta e indireta do município estão compreendidos os seguintes órgãos e entidades:

Nota Explicativa

Demonstrativo da Dívida Flutuante



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA DAS DORES SOARES DINIZ, MARCELO MACHADO FREIRE
Acesse em: <https://ste.tee.pe.gov.br/epd/validaDoc.seam> Código do documento: ac996a97-54d5-45fc-9edb-b26b0657d7f8

Fundo Municipal de Saúde de Inajá

c) Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis

c.1. Restos a pagar processados e não processados

Os restos a pagar processados inscritos do exercício de 2023 totalizaram R\$ 1.012.760,83. Houve uma queda de R\$ 340.256,58 em relação ao exercício de 2022 que foi de R\$ 1.353.017,41.

Os restos a pagar não processados inscritos do exercício de 2023 totalizaram R\$ 153.594,24. Houve uma queda de R\$ 170.442,70 em relação ao exercício de 2022 que foi de R\$ 324.036,94.

O total de restos a pagar para o exercício de 2024 é de R\$ 1.166.355,07

c.2. Depósitos e Consignações

Os depósitos e consignações do exercício de 2023 totalizaram R\$ 1.102.101,50. Houve um aumento de R\$ 96.849,78 em relação ao exercício de 2022 que foi de R\$ 1.005.251,72.

Prefeitura Municipal de Inajá - 2023

RUA CICERO TORRES, 118 - Centro
Inajá/PE - CEP: 56560-000
CNPJ Nº: 10.106.219/0001-23 Telefone: (87) 38401156

Demonstrativo da Dívida Flutuante

Anexo 17, Lei nº4.320/64
2023 - FME

TOTAL	1.067.918,22	7.032.918,66	5.000.089,93	0,00	0,00	0,00	3.100.746,95
-------	--------------	--------------	--------------	------	------	------	--------------



Nota Explicativa

Demonstrativo da Dívida Flutuante



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA DAS DORES SOARES DINIZ, MARCELO MACHADO FREIRE
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: ac996a97-54d5-45fc-9edb-b26b0657d7f8

a) Informações gerais

a.1. Nome da entidade

Fundo Municipal de Educação de Inajá

CNPJ: 31.036.625/0001-37

a.2. Domicílio da entidade

Rua Padre Agostinho Bolhen, SN

Centro, Inajá – PE

CEP: 56560-000

a.3. Dados do gestor

Juliana de Azevedo Ferreira

Cargo: Secretária de Educação

a.4. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas

Maria das Dores Soares Diniz

CRC 11431 – PE

a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade

O Fundo Municipal de Saúde Inajá concebido quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 133-3 “Fundo Público da Administração Direta Municipal” possui como atividade principal “Administração Pública em Geral”. Durante o exercício de 2023 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 1357 de 06 de dezembro de 2022 (LOA 2023). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

b) Resumo das políticas contábeis significativas

b.1. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021, Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

b.2. Bases de mensuração utilizadas

De acordo com o MCASP, p. 156, 7ª edição, o objetivo da mensuração é selecionar bases que reflitam de modo mais adequado o custo dos serviços, a capacidade operacional e a capacidade financeira da entidade de forma que seja útil para a prestação de contas e responsabilização e tomada de decisão. No caso das entidades deste município, as bases de mensuração utilizadas nos elementos patrimoniais estão de acordo com o exposto na Parte II do MCASP, 7ª edição.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças que levem a alguma alteração significativa neste demonstrativo.

b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis

Não houve mudanças que levem a alguma alteração significativa neste demonstrativo.

b.5. Aspectos relevantes sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Nos demonstrativos consolidados da administração direta e indireta do município estão compreendidos os seguintes órgãos e entidades:

Nota Explicativa

Demonstrativo da Dívida Flutuante



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA DAS DORES SOARES DINIZ, MARCELO MACHADO FREIRE
Acesse em: <https://stc.tee.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: ac996a97-54d5-45fc-9edb-b26b0657d7f8

Fundo Municipal de Educação de Inajá

c) Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis

c.1. Restos a pagar processados e não processados

Os restos a pagar processados inscritos do exercício de 2023 totalizaram R\$ 2.355.285,97. Houve um aumento de R\$ 1.562.165,00 em relação ao exercício de 2022 que foi de R\$ 793.120,97.

Os restos a pagar não processados inscritos do exercício de 2023 totalizaram R\$ 7.000,00. Não houve mudanças em relação ao exercício de 2022.

O total de restos a pagar para o exercício de 2024 é de R\$ 2.362.285,97

c.2. Depósitos e Consignações

Os depósitos e consignações do exercício de 2023 totalizaram R\$ 738.460,98. Houve um aumento de R\$ 470.663,73 em relação ao exercício de 2022 que foi de R\$ 267.797,25.

Prefeitura Municipal de Inajá - 2023

RUA CICERO TORRES, 118 - Centro
Inajá/PE - CEP: 56560-000
CNPJ Nº: 10.106.219/0001-23 Telefone: (87) 38401156

Demonstrativo da Dívida Flutuante

Anexo 17, Lei nº4.320/64
2023 - FMAS

Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no período					Saldo para o exercício seguinte
		Inscrição	Baixa		Transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para em liquidação ou liquidado		
			Pagamento	Cancelamento	Inscrição	Baixa	
Resto a Pagar (Subtotal)	173.858,04	292.540,17	105.803,30	68.054,74	0,00	0,00	292.540,17
Subtotal dos restos processados	167.848,04	275.740,17	102.303,30	65.544,74	0,00	0,00	275.740,17
Processados 2017	11.867,85	0,00	0,00	11.867,85	0,00	0,00	0,00
Processados 2018	11.637,65	0,00	0,00	11.637,65	0,00	0,00	0,00
Processados 2019	32.115,24	0,00	0,00	32.115,24	0,00	0,00	0,00
Processados 2020	3.515,00	0,00	0,00	3.515,00	0,00	0,00	0,00
Processados 2021	3.359,00	0,00	0,00	3.359,00	0,00	0,00	0,00
Processados 2022	105.353,30	0,00	102.303,30	3.050,00	0,00	0,00	0,00
Processados 2023	0,00	275.740,17	0,00	0,00	0,00	0,00	275.740,17
Subtotal dos restos não-processados	6.010,00	16.800,00	3.500,00	2.510,00	0,00	0,00	16.800,00
Não-Processados 2021	1.100,00	0,00	0,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00
Não-Processados 2022	4.910,00	0,00	3.500,00	1.410,00	0,00	0,00	0,00
Não-Processados 2023	0,00	16.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.800,00
Subtotal dos Depósitos	324.219,29	124.919,57	118.145,79	0,00	0,00	0,00	330.993,07
FMAS - CSPM-CONFE. SIND. SERVID. FUNC. PÚBL. FUNDAÇ. AUTARQ. E PREF. MUNIC	214,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	214,32
FMAS - EMENDA IGTV	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
FMAS - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO BRADESCO	603,26	10.675,22	10.331,61	0,00	0,00	0,00	946,87
FMAS - IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA	17.602,23	10.434,64	10.387,23	0,00	0,00	0,00	17.649,64
FMAS - INAJA-PREV	4.348,48	48.415,95	47.812,88	0,00	0,00	0,00	4.951,55
FMAS - INSS FOLHA	136.981,41	38.535,63	35.079,50	0,00	0,00	0,00	140.437,54
FMAS - INSS-PESSOA FÍSICA	3.018,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.018,23
FMAS - INSS-PESSOA JURIDICA	40.920,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.920,56
FMAS - IRRF-IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURIDICA	9.673,60	4.312,79	3.669,73	0,00	0,00	0,00	10.316,66
FMAS - ISS-IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS	60.603,51	12.545,34	10.864,84	0,00	0,00	0,00	62.284,01
FMAS - SINDICATO ANUAL	253,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	253,69



Nota Explicativa

Demonstrativo da Dívida Flutuante



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA DAS DORES SOARES DINIZ, MARCELO MACHADO FREIRE
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: ac996a97-54d5-45fc-9edb-b26b0657d7f8

a) Informações gerais

a.1. Nome da entidade

Fundo Municipal de Assistência Social de Inajá

CNPJ: 12.800.142/0001-12

a.1. Domicílio da entidade

Rua Padre Agostinho Bohein, 9
Centro, Inajá – PE
CEP: 56560-000

a.2. Dados do gestor

Maria Aurelina Araújo Cabral Freire
Cargo: Secretária de Assistência Social

a.3. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas

Maria das Dores Soares Diniz
CRC 11431 PE

a.4. Natureza das operações e principais atividades da entidade

O Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Inajá concebido quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 133-3 "Fundo Público da Administração Direta Municipal" possui como atividade principal "Administração Pública em Geral". Durante o exercício de 2023 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 1357 de 06 de dezembro de 2022 (LOA 2023). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

ull

b) Resumo das políticas contábeis significativas

b.1. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021, Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

b.2. Bases de mensuração utilizadas

De acordo com o MCASP, p. 156, 7ª edição, o objetivo da mensuração é selecionar bases que reflitam de modo mais adequado o custo dos serviços, a capacidade operacional e a capacidade financeira da entidade de forma que seja útil para a prestação de contas e responsabilização e tomada de decisão. No caso das entidades deste município, as bases de mensuração utilizadas nos elementos patrimoniais estão de acordo com o exposto na Parte II do MCASP, 7ª edição.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças que levem a alguma alteração significativa neste demonstrativo.

b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis

Não houve mudanças que levem a alguma alteração significativa neste demonstrativo.

b.5. Aspectos relevantes sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Nos demonstrativos consolidados da administração direta e indireta do município estão compreendidos os seguintes órgãos e entidades:

Nota Explicativa

Demonstrativo da Dívida Flutuante



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA DAS DORES SOARES DINIZ, MARCELO MACHADO FREIRE
Acesse em: <https://stc.tee.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: ac996a97-54d5-45fc-9edb-b26b0657d7f8

Fundo Municipal de Assistência Social de Inajá

c) Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis

c.1. Restos a pagar processados e não processados

Os restos a pagar processados inscritos do exercício de 2023 totalizaram R\$ 275.740,17. Houve um aumento de R\$ 107.892,13 em relação ao exercício de 2022 que foi de R\$ 167.848,04.

Os restos a pagar não processados inscritos do exercício de 2023 totalizaram R\$ 16.800,00. Houve um aumento de R\$ 10.790,00 em relação ao exercício de 2022 que foi de R\$ 6.010,00.

O total de restos a pagar para o exercício de 2024 é de R\$ 292.540,17

c.2. Depósitos e Consignações

Os depósitos e consignações do exercício de 2023 totalizaram R\$ 330.993,07. Houve um aumento de R\$ 6.773,78 em relação ao exercício de 2022 que foi de R\$ 324.219,29.

Prefeitura Municipal de Inajá - 2023

RUA CICERO TORRES, 118 - Centro
Inajá/PE - CEP: 56560-000
CNPJ Nº: 10.106.219/0001-23 Telefone: (87) 38401156

Demonstrativo da Dívida Flutuante

Anexo 17, Lei nº4.320/64
2023 - FMCA

Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no período					Saldo para o exercício seguinte
		Inscrição	Baixa		Transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para em liquidação ou liquidado		
			Pagamento	Cancelamento	Inscrição	Baixa	
Resto a Pagar (Subtotal)	2.140,36	40.367,78	2.140,36	0,00	0,00	0,00	40.367,78
Subtotal dos restos processados	2.140,36	34.697,78	2.140,36	0,00	0,00	0,00	34.697,78
Processados 2022	2.140,36	0,00	2.140,36	0,00	0,00	0,00	0,00
Processados 2023	0,00	34.697,78	0,00	0,00	0,00	0,00	34.697,78
Subtotal dos restos não-processados	0,00	5.670,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.670,00
Não-Processados 2023	0,00	5.670,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.670,00
Subtotal dos Depósitos	5,00	1.539,88	1.539,88	0,00	0,00	0,00	5,00
FMCA - IRRF	0,00	174,88	174,88	0,00	0,00	0,00	0,00
FMCA - ISS	5,00	1.365,00	1.365,00	0,00	0,00	0,00	5,00
TOTAL	2.145,36	41.907,66	3.680,24	0,00	0,00	0,00	40.372,78



Nota Explicativa

Demonstrativo da Dívida Flutuante



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA DAS DORES SOARES DINIZ, MARCELO MACHADO FREIRE
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: ac996a97-54d5-45fc-9edb-b26b0657d7f8

a) Informações Gerais

a.1. Nome da entidade

Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Inajá

CNPJ: 20.188.183/0001-28

a.1. Domicílio da entidade

Rua Padre Agostinho Bohein, 9
Centro, Inajá – PE
CEP: 56560-000

a.2. Dados do gestor

Maria Aurelina Araújo Cabral Freire
Cargo: Secretária de Assistência Social

a.3. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas

Maria das Dores Soares Diniz
CRC 11431 PE

a.4. Natureza das operações e principais atividades da entidade

O Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Inajá concebido quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 133-3 "Fundo Público da Administração Direta Municipal" possui como atividade principal "Administração Pública em Geral". Durante o exercício de 2023 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 1357 de 06 de dezembro de 2022 (LOA 2023). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

b) Resumo das políticas contábeis significativas

b.1. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021, Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

b.2. Bases de mensuração utilizadas

De acordo com o MCASP, p. 156, 7ª edição, o objetivo da mensuração é selecionar bases que reflitam de modo mais adequado o custo dos serviços, a capacidade operacional e a capacidade financeira da entidade de forma que seja útil para a prestação de contas e responsabilização e tomada de decisão. No caso das entidades deste município, as bases de mensuração utilizadas nos elementos patrimoniais estão de acordo com o exposto na Parte II do MCASP, 7ª edição.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças que levem a alguma alteração significativa neste demonstrativo.

b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis

Não houve mudanças que levem a alguma alteração significativa neste demonstrativo.

b.5. Aspectos relevantes sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Nos demonstrativos consolidados da administração direta e indireta do município estão compreendidos os seguintes órgãos e entidades:

Nota Explicativa

Demonstrativo da Dívida Flutuante



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA DAS DORES SOARES DINIZ, MARCELO MACHADO FREIRE
Acesse em: <https://ste.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: ac996a97-54d5-45fc-9edb-b26b0657d7f8

Fundo da Criança e Adolescente de Inajá

c) Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis

c.1. Restos a pagar processados e não processados

Os restos a pagar processados inscritos do exercício de 2023 totalizaram R\$ 34.697,78. Houve um aumento de R\$ 32.557,42 em relação ao exercício de 2022 que foi de R\$ 2.140,36.

Os restos a pagar não processados inscritos do exercício de 2023 totalizaram R\$ 5.670,00. Houve um aumento de R\$ 5.670,00 em relação ao exercício de 2022 que foi de R\$ 0,00.

O total de restos a pagar para o exercício de 2024 é de R\$ 40.367,78

c.2. Depósitos e Consignações

Os depósitos e consignações do exercício de 2023 totalizaram R\$ 5,00. Não houve mudanças em relação ao exercício de 2022.

Prefeitura Municipal de Inajá - 2023

RUA CICERO TORRES, 118 - Centro
Inajá/PE - CEP: 56560-000
CNPJ Nº: 10.106.219/0001-23 Telefone: (87) 38401156

Demonstrativo da Dívida Flutuante

Anexo 17, Lei nº4.320/64
2023 - FM. IDOSO

Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no período					Saldo para o exercício seguinte
		Inscrição	Baixa		Transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para em liquidação ou liquidado		
			Pagamento	Cancelamento	Inscrição	Baixa	
Resto a Pagar (Subtotal)	1.228,46	13.651,51	1.228,46	0,00	0,00	0,00	13.651,51
Subtotal dos restos processados	1.228,46	13.651,51	1.228,46	0,00	0,00	0,00	13.651,51
Processados 2022	1.228,46	0,00	1.228,46	0,00	0,00	0,00	0,00
Processados 2023	0,00	13.651,51	0,00	0,00	0,00	0,00	13.651,51
Subtotal dos restos não-processados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal dos Depósitos	0,00	2.636,79	2.636,79	0,00	0,00	0,00	0,00
FM. IDOSO - IRRF-PF	0,00	1.644,54	1.644,54	0,00	0,00	0,00	0,00
FM. IDOSO - ISS-IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS	0,00	992,25	992,25	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.228,46	16.288,30	3.865,25	0,00	0,00	0,00	13.651,51



Nota Explicativa

Demonstrativo da Dívida Flutuante



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA DAS DORES SOARES DINIZ, MARCELO MACHADO FREIRE
Acesse em: <https://stc.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: ac996a97-54d5-45fc-9edb-b26b0657d778

a) Informações Gerais

a.1. Nome da entidade

Fundo Municipal do Idoso CNPJ: 41.246.938/0001-36

a.2. Domicílio da entidade

Rua Padre Agostinho Bohein, 9
Centro, Inajá – PE
CEP: 56560-000

a.3. Dados do gestor

Maria Aurelina Araújo Cabral Freire
Cargo: Secretária de Assistência Social

a.4. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas

Maria das Dores Soares Diniz
CRC 11431 PE

b) Resumo das políticas contábeis significativas

b.1. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021, Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

b.2. Bases de mensuração utilizadas

De acordo com o MCASP, p. 156, 7ª edição, o objetivo da mensuração é selecionar bases que reflitam de modo mais adequado o custo dos serviços, a capacidade operacional e a capacidade financeira da entidade de forma que seja útil para a prestação de contas e responsabilização e tomada de decisão. No caso das entidades deste município, as bases de mensuração utilizadas nos elementos patrimoniais estão de acordo com o exposto na Parte II do MCASP, 7ª edição.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças que levem a alguma alteração significativa neste demonstrativo.

b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis

Não houve mudanças que levem a alguma alteração significativa neste demonstrativo.

b.5. Aspectos relevantes sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Nos demonstrativos consolidados da administração direta e indireta do município estão compreendidos os seguintes órgãos e entidades:

Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Inajá

c) Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis

c.1. Restos a pagar processados e não processados

Nota Explicativa

Demonstrativo da Dívida Flutuante



Os restos a pagar processados inscritos do exercício de 2023 totalizaram R\$ 13.651,51. Houve um aumento de R\$ 12.423,05 em relação ao exercício de 2022 que foi de R\$ 1.228,46.

Os restos a pagar não processados inscritos do exercício de 2023 totalizaram R\$ 0,00. Não houve mudanças em relação ao exercício de 2022.

O total de restos a pagar para o exercício de 2024 é de R\$ 13.651,51

c.2. Depósitos e Consignações

Os depósitos e consignações do exercício de 2023 totalizaram R\$ 0,00. Não houve mudanças em relação ao exercício de 2022.

Documento Assinado Digitalmente por: MARIA DAS DORES SOARES DINIZ, MARCELO MACHADO FREIRE
Acesse em: <https://stc.tee.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: ac996a97-54d5-45fc-9edb-b26b0657d7f8